

RELATÓRIO ANUAL



Escrevendo uma nova história!

2021

Apresentação

A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade – CMA, instituída pela Portaria nº 20.475/2021 TRE/PRE/GABPRE, de 08 de julho de 2021 constante do Processo SEI nº [0012686-86.2020.6.14.8000](#), apresenta o Relatório de Atividades referente ao ano de 2021.

A partir da Portaria 20.475/2021, a CMA passou a ter a seguinte composição:

- Dr. JACKSON JOSÉ SODRÉ FERRAZ, juiz da 29ª Zona Eleitoral – Belém, na qualidade de Presidente da comissão e representante da classe dos Magistrados;
- ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, representante da Presidência/Escola Judiciária Eleitoral;
- EULA GORAYEB SANTOS FONSECA, representante da Corregedoria Regional Eleitoral;
- ROBERTO DE ARAÚJO MOURA, representante da Diretoria-Geral;
- ANTONIO MÁRIO SOUZA DE ALMEIDA, representante da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- FERNANDA IRACEMA MOURA ARNAUD, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- JOSÉ VALNECI DE OLIVEIRA SOARES JÚNIOR, representante da Secretaria de Administração;
- KARLA MICHELL DE CARVALHO COSTA, representante das Zonas Eleitorais;
- VALENA LAREDO MENDONÇA WANZELER e CLÁUDIA DO SOCORRO MORAES COSTA, representantes dos servidores com deficiência;
- RENATA CLAUDIA MARTINS FERREIRA, representante da Assessoria de Comunicação Institucional;
- VALÉRIA ATHAYDE FONTELLES DE LIMA (membro titular) e CARLOS FÁBIO FERREIRA MONTEIRO (membro substituto), representantes da Ouvidoria Judicial Eleitoral;
- KARINY FIDELIX FRANCO (membro titular), representante do Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão, atuando como coordenadora e secretária da Comissão e a servidora GLAYCE MARIA SILVA DE CARVALHO (membro substituto).

Objetivo

Este relatório tem como objetivo apresentar os projetos desenvolvidos no ano de 2021 pelo Núcleo Socioambiental de Acessibilidade e Inclusão, unidade responsável pela implementação das ações de responsabilidade da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade iniciou os trabalhos logo após a elaboração do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Pará/2021, o qual, por sua vez, priorizou a promoção de ações que garantissem às eleitoras e aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos políticos, sem olvidar das metas e dos indicadores que direcionam a estratégia deste Regional para o alcance da excelência.

A partir das ações propostas no programa, destaca-se, especialmente, a garantia de acessibilidade ao público surdo por meio da contratação de profissionais Tradutores Intérpretes de Libras. O primeiro evento com acessibilidade em Libras foi a palestra “Consumo Sustentável”, com o presidente e fundador da Associação Portuguesa do Direito de Consumo (APCD), professor doutor Mário Frota, no dia 18 de junho de 2021. Essa ação gerou reações positivas por parte da Comunidade Surda que assistiu à transmissão.

O projeto garantiu também que as sessões plenárias realizadas todas as terças-feiras e quintas-feiras fossem transmitidas ao vivo, por meio da transmissão pelo canal do TRE – PA no youtube, com a presença de Tradutores Intérpretes através da janela de Libras. No ano de 2021, em razão da pandemia da Covid-19, as sessões plenárias ocorreram de forma híbrida por meio de programa de videoconferência.

Ao longo desse ano, foram transmitidas 52 sessões plenárias de forma on-line com acessibilidade por meio da janela de Libras. A primeira sessão plenária que utilizou este recurso ocorreu no dia 22 de junho de 2021. Atualmente, este Regional conta com seis Tradutores Intérpretes credenciados que atuam em regime de escala.

Destaca-se que foi garantida a acessibilidade em Libras em cerca de 40 (quarenta) eventos realizados pelo Tribunal e em parceria com outros regionais, incluindo-se, ainda, as aulas da Escola de Formação Política, duas eleições suplementares (nos municípios de Goianésia do Pará e Tomé- Açu), premiações e sessões solenes.

Além da implementação da Janela de Libras nas sessões plenárias, outras ações foram implementadas como, o projeto **“Vota, Família!”**, que teve por objetivo promover ações para que os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida tenham o pleno exercício de seus direitos políticos. Nesse projeto, contou-se com a participação de várias pessoas com deficiência, inclusive uma participante surda, mediante uma entrevista realizada com o auxílio de Libras, com o fim de assegurar os direitos linguísticos.

Os vídeos contaram com a participação de pessoas com deficiência juntamente com suas famílias falando da importância do processo de votação acessível como garantia de seus direitos políticos. A ideia foi conscientizar e sensibilizar os eleitores identificados como pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida através de mensagens produzidas por pessoas na mesma condição onde foram relatadas situações que demonstravam a importância do voto e a necessidade do apoio dos familiares para o exercício pleno deste direito.

Outros três projetos foram desenvolvidos no ano de 2021, primeiro o **“Setembro é Azul, Acessibilidade é o ano inteiro”**, que teve a finalidade de chamar a atenção para as lutas, a visibilidade, a acessibilidade e a inclusão da Comunidade Surda no mundo. Esse projeto fez alusão a três datas importantes comemoradas no mês de setembro: 1) Dia 21, dia Nacional de Luta das pessoas com deficiência; 2) Dia 23, dia Internacional das Línguas de Sinais; e 3) Dia 26, dia Nacional do Surdo. Foram produzidos vídeos vinculados às redes sociais do TRE - PA com o objetivo de divulgar as ações de acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência auditiva desenvolvidas no tribunal.

Na oportunidade, tais vídeos foram replicados em evento comemorativo alusivo ao **Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência (21/09)** ocorrido na sede da APPD. Na ação também foram prestadas informações dos meios que a Justiça Eleitoral dispõe para o exercício do voto da pessoa com deficiência, bem como oferecido atendimento itinerante aos eleitores presentes.

O segundo projeto desenvolvido foi o **“Minuto Libras”** que dispôs sobre a gravação de vídeos curtos em Libras, com legendas e áudios, para veiculação diária nas redes sociais do TRE-PA, contendo palavras e frases utilizadas no dia a dia, como saudações e referências à nossa missão institucional. O objetivo foi difundir a Língua Brasileira de Sinais ensinando um sinal (uma palavra) ou expressão em Libras diariamente aos servidores do TRE-PA e ao público que acessa às redes sociais deste tribunal.

O terceiro projeto foi a organização de uma **Oficina de Libras presencial** em conjunto com a Corregedoria do TRE-PA para os servidores do TRE. Os participantes puderam conhecer os aspectos teóricos e linguísticos da Língua Brasileira de Sinais, exercitaram o que aprenderam por meio de atividades práticas de diálogo em Libras e, ainda, receberam orientações de atendimento ao público com surdez. Aos cartórios eleitorais do interior do Estado foram disponibilizadas videoaulas, além de material didático completo com conteúdo teórico e prático.

Por fim, em consonância com o Plano de gestão do biênio 2021-2022, norteado a partir da tríade inovar, modernizar e transformar, estão sendo desenvolvidos pelo Núcleo Socioambiental de Acessibilidade e Inclusão 2(dois) projetos dentro da perspectiva da Acessibilidade, quais sejam:

Projeto *“Selo Acessibilidade”* cujo intuito é fomentar a adequação para acesso das pessoas com deficiência às instalações utilizadas pelo TRE-PA nos dias de eleição, por meio de premiação aos locais que atendam aos requisitos de acessibilidade previamente definidos. Vale destacar que, no mês de setembro de 2021, foi providenciado o registro do PGP – Plano Geral do Projeto correspondente no Sistema Scopi, bem como ratificada sua conformidade com o Plano de Gestão

2021-2022 pelo Núcleo de Gestão de Projetos e Governança Institucional. Importante esclarecer, também, que após solicitação de alteração das datas do cronograma de execução inicialmente apresentado, as atividades indicadas serão devidamente reiniciadas a partir de fevereiro de 2022, uma vez que estão atreladas às ações características do período eleitoral.

Projeto *“Ampliação da acessibilidade nos prédios do TRE-PA”* que visa tornar o TRE-PA uma instituição mais acessível oferecendo os recursos necessários para o amplo e efetivo exercício da cidadania, em consonância com as diretrizes voltadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, dispostas na Resolução CNJ nº401/2021. Dentre as ações já realizadas, registra-se prévia discussão com a Secretaria de Administração e a Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura, ocorrida no dia 10/06/2021, na qual ficou definido que, com base na Cartilha *“Rede de Acessibilidade: Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas”*, a Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura realizará um levantamento das ações passíveis de serem realizadas utilizando o contrato atual de manutenção predial respeitando a programação orçamentária já definida para o ano de 2021. Restou definido, também, que em momento destinado à formalização do processo que promoverá a recuperação da fachada do Edifício-sede será avaliada a possibilidade de implementação de projeto destinado à adoção de critérios de acessibilidade na entrada principal do TRE-PA.

Oportunamente, visando orientar os servidores lotados nos Cartórios Eleitorais, encaminhou-se às zonas Ofício- Circular recomendando que, além das medidas intrínsecas ao atendimento com urbanidade e cordialidade, que ocorre nesta Justiça especializada, fosse dada atenção especial aos eleitores com deficiências menos conhecidas ou não visíveis, a fim de que esta necessidade de acessibilidade fosse identificada no Sistema Elo para que o eleitor possa exercer plenamente o direito do voto. Orientou-se, também, que fosse dada especial atenção às instalações que compreendem os banheiros reservados às pessoas com deficiência, bem como o acesso a eles. É importante que estes locais estejam sempre disponíveis e em pleno

funcionamento, aberto para utilização diária, sem necessidade de intervenções de terceiros para o acesso.

Por fim, com intuito de garantir que esta administração garanta a efetividade dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência com vista à aplicação do princípio da igualdade como expressão máxima de cidadania e dignidade, foi solicitado às zonas eleitorais o preenchimento do formulário intitulado "Questionário de Acessibilidade 2021" a fim de se constatar a real situação dos cartórios eleitorais quanto ao tema em questão. Findado o prazo de resposta, os dados levantados serão objeto de análise e suporte para futuras medidas a serem tomadas pelo NSA.

Desta feita, verifica-se que as ações propostas no Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Pará/2020, assim como as iniciativas estratégicas previstas para a CMA foram devidamente atendidas. Abaixo apresenta-se, de forma esquematizada, todas as ações que foram realizadas pela Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do TRE-PA no ano de 2021.

1 - Ação: Contratação de profissionais Tradutores Intérpretes de Libras.

Objetivo: Garantir acessibilidade ao público surdo



Captura de tela da Palestra sobre Consumo Sustentável com o Professor Doutor Mário Frota que foi transmitida no YouTube do TRE Pará. Ao centro, temos o palestrante, a desembargadora e a ex-chefe do núcleo socioambiental; à esquerda, de cima para baixo, temos um QRcode, uma mulher fazendo tradução simultânea em libras e o logotipo do Tribunal Regional Eleitoral; à direita demos uma janela com os demais participantes da palestra.



A imagem traz uma captura de tela onde, ao centro, temos a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento fazendo um sinal em libras, no canto superior esquerdo temos um QRcode, e no inferior a janela com a intérprete de Libras

Resultado: Ao longo do ano de 2021, foram transmitidas 52 sessões plenárias de forma on-line com acessibilidade por meio da janela de Libras. A primeira sessão plenária que utilizou este recurso ocorreu no dia 22 de junho de 2021.

Destaca-se que foi garantida também a acessibilidade em Libras em cerca de 40 (quarenta) eventos realizados pelo Tribunal e em parceria com outros regionais, incluindo-se, ainda, as aulas da Escola de Formação Política, duas eleições suplementares (nos municípios de Goianésia do Pará e Tomé- Açu), premiações e sessões solenes.

Status: Caráter permanente.

2 - Ação: Projeto “Vota, Família!”

Objetivo: Produção e exibição de vídeos com a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, juntamente com suas famílias, discorrendo acerca da importância do processo de votação acessível como garantia de seus direitos políticos.



Nessa foto temos 5 pessoas que estão em uma sala de estar. Da esquerda para a direita, a assistente jurídica do núcleo socioambiental; uma jornalista da ASCOM que segura uma câmera fotográfica; sentado em uma cadeira de rodas temos Valdir Moura, e atrás dele, sua esposa e a filha do casal.

As representantes do TRE do Pará usam máscara de proteção contra a Covid-19.



Nessa captura de tela de um vídeo postados nas redes sociais do TRE Pará, temos o cadeirante Valdir Moura, Diretor Executivo da ADFPA, utilizando uma camisa azul. No canto superior direito temos o logotipo do Tribunal Regional Eleitoral; Ao centro aparece o nome dele escrito na tela e logo mais abaixo uma barra com a legenda do vídeo.

Resultado: Os vídeos produzidos atingiram o público-alvo e conscientizaram e sensibilizaram tais eleitores acerca da importância do voto e da necessidade do apoio dos familiares para o exercício pleno deste direito. Destaca-se a veiculação de tais vídeos em evento realizado pelo TRE-PA e a APPD, onde foram prestadas informações sobre cadastro eleitoral, bem como disponibilizado atendimento eleitoral ao público presente.

Status: Finalizado

3 - Ação: Projeto “Setembro é Azul, Acessibilidade é o ano inteiro”

Objetivo: Produzir vídeos para serem veiculados nas redes sociais do TRE - PA com o objetivo de divulgar as ações de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência auditiva desenvolvidas no tribunal.



Nesse card temos no centro superior a data 21 de setembro e abaixo o seguinte texto: “Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência”. Logo abaixo, temos figuras de pessoas com algum tipo de deficiência formando um círculo. No canto inferior direito, envolto em um círculo branco, o logotipo do Tribunal Regional Eleitoral.



Nesta fotografia temos uma criança sentada e à sua frente uma urna eletrônica que está sobre uma mesa, atrás da criança, temos seu pai e ao lado, a ex-chefe do núcleo socioambiental. As pessoas citadas estão em um auditório onde está acontecendo uma palestra e por trás delas há pessoas sentadas em cadeiras de plástico. Todas as pessoas usam máscara de proteção contra a Covid-19



Nesta fotografia temos 10 pessoas, sendo quatro mulheres e seis homens, todos servidores do Tribunal. Eles usam máscara de proteção contra a Covid-19 e estão em frente a uma parede que tem a logomarca da APPD fixada nela.

Resultado: Chamar atenção para as lutas, a visibilidade, a acessibilidade e a inclusão da Comunidade Surda no mundo. Esse projeto fez alusão a três datas importantes comemoradas no mês de setembro: 1) Dia 21, dia Nacional de Luta das pessoas com deficiência; 2) Dia 23, dia Internacional das Línguas de Sinais; e 3) Dia 26, dia Nacional do Surdo.

Status: Finalizada.



4 - Ação: Projeto “Minuto Libras”

Objetivo: Difundir a Língua Brasileira de Sinais ensinando um sinal (uma palavra) ou expressão em Libras diariamente aos servidores do TRE-PA e ao público que acessa as redes sociais deste tribunal.



Nessa captura de tela temos, de camisa preta, a intérprete de libras Tatiana Mota. No canto inferior direito temos uma janela de libras e no canto inferior esquerdo há o nome dela aparecendo na tela.

Resultado: Foram gravados vídeos curtos em Libras, com legendas e áudios, para veiculação diária no Instagram do TRE-PA, contendo palavras e frases utilizadas no dia a dia, como saudações e referências à nossa missão institucional.

Status: Finalizado



5 - Ação: Oficina de Libras Presencial em conjunto com a Corregedoria Eleitoral

Objetivo: Capacitar os servidores do TRE-PA na Língua Brasileira de Sinais.

Resultado: Os participantes puderam conhecer os aspectos teóricos e linguísticos da Língua Brasileira de Sinais, exercitaram o que aprenderam através de atividades práticas de diálogo em Libras e receberam orientações de atendimento ao público com surdez. Aos cartórios eleitorais do interior do Estado foram disponibilizadas vídeo-aulas além de material didático completo com conteúdo teórico e prático.

Status: Finalizado

Dentro do Plano de Gestão biênio 2021-2022 norteado a partir da tríade *innovar, modernizar e transformar* foram desenvolvidos 2(dois) projetos dentro da perspectiva da Acessibilidade, quais sejam:

6 - Ação: Projeto “Selo Acessibilidade”

Objetivo: Fomentar a adequação para acesso das pessoas com deficiência às instalações utilizadas pelo TRE-PA nos dias de eleição, por meio de premiação aos locais que atendam aos requisitos de acessibilidade previamente definidos.

Resultado: Foi elaborado plano de ação para se estabelecer as ações e competências das unidades envolvidas no projeto.

Status: Em andamento

7 - Ação: Projeto “Ampliação da acessibilidade nos prédios do TRE-PA”

Objetivo: Tornar o TRE-PA uma instituição mais acessível oferecendo os recursos necessários para o amplo e efetivo exercício da cidadania em consonância com as diretrizes voltadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, dispostas na Resolução CNJ nº401/2021.

Resultado: Foi elaborado plano de ação para se estabelecer as ações e competências das unidades envolvidas no projeto.

Status: Em andamento.

8 – Ação: Formalização de Termo de Compromisso entre o TRE-PA, MPF e MPE-PA.

Objetivo: Formalização de parceria entre o **TRE/PA** e o **MPE/PA**, visando à troca de conhecimentos técnicos, o compartilhamento de custos relacionados às ações de capacitação de servidores que sejam de comum interesse e **ações atinentes à sensibilização dos direitos da pessoa com deficiência e que tratem da conscientização acerca da necessidade de implantação de medidas que assegurem a ampla e irrestrita acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal.**

LOCAIS DE VOTAÇÃO

Eleitores devem ter mais acessibilidade

ABÍLIO DANTAS
DA REDAÇÃO

A dificuldade de acesso de pessoas com deficiência aos locais de votação, no Pará, é tema de reclamações a cada processo eleitoral. Com o objetivo de mudar essa realidade no pleito do ano que vem, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará assinaram um Termo de Cooperação Técnica pela garantia de direitos nas eleições, com foco na acessibilidade e no caráter social da mesa receptora de votos, que poderá receber denúncias de crimes de todo tipo, não apenas eleitorais.

A cerimônia de assinatura, realizada ontem, às 14h30, na sede do MPPA, no bairro da Cidade Velha, em Belém, contou com as presenças do procurador-geral de Justiça do Estado do Pará, César Mattar Jr.; a presidente do TRE, Luzia Nadja Guimarães Nascimento; e o Procurador-chefe do MPF no Pará, Felipe de Moura Palha. Também estiveram presentes autoridades como a



Assinatura do Termo de Cooperação entre Luzia Nadja Guimarães Nascimento, César Mattar e Felipe de Moura Palha

procuradora Ângela Maria Balieiro Queiroz, uma das autoras da ideia do Termo de Cooperação, e o presidente da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep), e prefeito de Piçarra, Wagne Machado.

"As nossas instituições não possuem finalidades em si mesmas, se não estiverem ajustadas ao que a sociedade pede", declarou o procurador-geral do Pará, César Mattar Jr. Segundo ele, o ato de assinatura do termo é simbólico do comportamento que MPPA, TRE e MPF procuram

ter para cumprirem as funções institucionais que lhe são outorgadas pelos cidadãos e cidadãs do Pará. "O objetivo é trabalhar a inclusão, trazer para dentro dos nossos processos, os grupos vulneráveis, aqueles que realmente precisam de um olhar diferenciado dos poderes constituídos e das instituições. Estão de parabéns todos os envolvidos", comemorou.

O Termo de Cooperação Técnica estabelece que os locais que serão utilizados como zonas eleitorais, em todos os municípios

paraenses, deverão ser dotados de condições físicas e de atendimento para receber pessoas com deficiência, de todas as qualidades. As instituições, com a assinatura do acordo, também concordaram que a mesa receptora de votos não atuará apenas para o controle de questões eleitorais, mas também poderá receber denúncias de crimes de todos os tipos.

De acordo com a presidente do TRE, a efetividade do termo de cooperação ocorrerá a partir da execução de um plano de ação, cujas datas ainda estão em processo de definição. "Estaremos em contato não só com as prefeituras, no sentido de dar acesso aos prédios onde estarão as sessões eleitorais, mas também esclarecer as associações que defendem as pessoas com deficiência ou as organizações dos idosos de que os indivíduos possuem o direito de pontuar nas zonas eleitorais que necessitam de atendimentos de forma diferenciada. É importante dizer que o Tribunal Regional Eleitoral está instituindo um selo de acessibilidade às prefeituras municipais", informou.

Resultado: Foi elaborado plano de trabalho para se estabelecer as ações e competências dos órgãos participantes.

Status: Em andamento

É o relatório.

Questionário - Variáveis e Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

Resolução CNJ 401/2021 - Ano de 2021

[Acesse aqui: Resolução CNJ nº 401 e Glossário](#)

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL	DADOS
1.1 MagP(PcD) - Quantidade de magistrados(as) com deficiência.	SJPR	2
1.2 TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência.	SGD	14
1.3 TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.	COPEs	1
1.4 TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	COPEs	10
1.5 TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência.	SGD	0
1.6 TFAuxT (PcD) - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	TRE	1
1.7 TFAuxC (PcD) - Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.	NÃO SE APLICA	
1.8 TFAuxJL (PcD) - Quantidade de juizes(as) leigos(as) com deficiência.	NÃO SE APLICA	
1.9 TFAuxSP (PcD) - Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.	NÃO SE APLICA	
1.10 TFAuxV (PcD) - Quantidade de voluntários(as) com deficiência.	NÃO SE APLICA	
1.11 TFAuxApr (PcD) - Quantidade de aprendizes com deficiência.	SGD	0
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	UNIDADE RESPONSÁVEL	DADOS
2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	STD	2
2.3 Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	STD	38
2.4 QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	STD	22
2.5 QLibrasAux - Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	STD	14
2.6.1 QGt - Quantidade total de gestores(as)	SGD	4
2.6.2 QGc - Quantidade de gestores(as) capacitados(as)	STD	4
2.6.3 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	AUTOMÁTICO	100,00%
2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	STD	0
2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	STD/STI	0
2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	STD/COEDI	0
2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	SAMOS/ EJE/NSA	4



2.11 ACpi - Ações de promoção da inclusão.	SAMOS/ EJE/NSA	4
2.12.1 QCT - Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	SEADE	2
2.12.2 QCLibras - Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	NSA	1
2.12.3 QCont.Libras - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.	AUTOMÁTICO	50,00%
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	UNIDADE RESPONSÁVEL	DADOS
3.1 VAccess - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.	ASCOM	70
3.2 MAcess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	ASCOM	562
		UNIDADE RESPONSÁVEL
3.3 A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?		OUVIDORIA
(X)	Sim, quais? O público com deficiência ao acessar o formulário eletrônico "Registro de solicitação" (Formulário eletrônico das demandas à Ouvidoria), pode ao clicar no símbolo de acessibilidade, escolher as formas de atendimento em libras, ou em voz como mecanismos alternativos de atendimento, de modo a facilitar o atendimento ao público com deficiência.	
	Não	
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA		UNIDADE RESPONSÁVEL
4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?		STI
	Sim, quais?	
(X)	Não	
4.2 O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?		
(X)	programa leitor de tela	
	aplicativos associados a programas sintetizadores de voz	
	ferramenta de contraste	
(X)	programa de ampliação de tela	
	outros programas	
	não fornece nenhum programa	
4.3 O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?		
	Sim, quais?	
(X)	Não fornece	

Anexo

Questionário CNJ - Acessibilidade - Res 401/2021